

Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos

Roberto da Silva Ribeiro*

RIBEIRO, Roberto da Silva. Arqueologia e o Museu Nacional: os primeiros cem anos.
R. Museu Arq. Etn. 39: 188-205, 2022.

Resumo: A ideia que se faz das pesquisas arqueológicas no Brasil no século XIX ainda não é clara. O objetivo deste artigo é fazer um levantamento da atividade arqueológica no Brasil e sua relação com as instituições museológicas, sobretudo o Museu Nacional em seus primeiros cem anos, centrando a investigação no período do reinado de D. Pedro II, quando a arqueologia brasileira tem seu primeiro florescimento e alguns dos museus ainda hoje existentes têm sua origem. Podemos dividir os cem primeiros anos da nossa arqueologia em três períodos: um período formativo; uma segunda fase, mais científica e com missões estrangeiras; e uma terceira fase, centrada no Museu Nacional e que termina com a República.

Palavras chaves: Arqueologia; História da ciência; Arqueologia brasileira; Museus brasileiros; Ciência no Brasil.

Introdução

Aqueles que se dedicaram ao labor arqueológico no Brasil no seu princípio não estavam em nada atrasados em relação a pesquisadores de outros países. Não havia uma arqueologia científica *stricto sensu* no país por não haver ainda uma arqueologia científica autônoma em lugar nenhum. Numa época em que ainda era aceitável comprar no Egito relíquias de ladrões de tumbas e Schliemann ainda não havia começado a escavar Tróia, pesquisadores no Brasil já tinham noção da importância da

estratigrafia, da necessidade do registro das pesquisas em campo e da conservação dos sítios.

Ainda há autores como Gomes (2020: 6) que opinam que as explicações propostas por esses pesquisadores são, “em sua maior parte[,] difusionistas e fantasiosas, cujas origens foram sempre buscadas no exterior”. Porém, como diz Trigger (2004: 66-68), isso era comum nas pesquisas europeias e norte-americanas. Ardovasio e Page (2011: 242-245) desconhecem a contribuição brasileira para a arqueologia da América do Sul e citam sobre as pesquisas paleoantropológicas do século XIX no subcontinente apenas o argentino Amenghino, a quem classificam de “maluco”. Há vozes discordantes, como Prous (1989: 7), que reconhece a relevância do trabalho arqueológico dos brasileiros no século XIX, enquanto outros, como Bittencourt (2012: 53-75),

* Professor doutor pela Universidade Federal de Pernambuco; professor da Universidade Estadual da Paraíba; mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

embora reconhecendo méritos em nossos pesquisadores, preferem destacar suas falhas metodológicas e interpretativas.

Se alguns eram amadores, muitos eram cientistas em suas áreas. Alguns se filiavam a áreas de estudo extintas, como a história natural e a corografia, ou a áreas ainda hoje ligadas à arqueologia, como história e filologia. Assim, seus métodos já eram científicos. Não tinham metodologias perfeitas, mas estavam alinhados com pesquisadores do exterior, como Agassiz, Hartt e Lund, o que é visto por autores como Ferreira (2014) como uma característica de inserção no contexto de práticas colonialistas e periféricas.

A ideia da ligação entre a arqueologia e a museologia já estava presente e eles procuravam se filiar a instituições museológicas e a divulgar seus estudos, no limite dos recursos disponíveis, não só entre os pares, mas também para a população leiga.

O objetivo deste artigo é fazer um levantamento da atividade arqueológica no Brasil e sua relação com as instituições museológicas em seus primeiros cem anos, centrando a investigação no reinado de D. Pedro II, quando a arqueologia brasileira tem seu primeiro florescimento e alguns dos museus ainda hoje existentes têm sua origem. Não nos deteremos no estudo da contribuição de cada um desses pioneiros em particular porque não seria possível fazer de outra maneira ao tratar um período tão longo. Este trabalho pretende tanto dar uma visão de conjunto dos fatos quanto oferecer uma referência rápida aos pesquisadores da área, já que há poucos trabalhos sobre o assunto.

Procuramos contemplar o maior número de pesquisadores para afastar a ideia de que a atividade arqueológica e museológica no Brasil Império era obra de poucos indivíduos agindo esporadicamente. Porém, não pretendemos esgotar o assunto, pois alguns estudos e estudiosos podem não ter sido devidamente contemplados. Dezenas publicaram pequenos ensaios ou fizeram descobertas fortuitas, como ainda acontece atualmente. Centramos nossos esforços em ter uma ideia geral do que repercutia na *comunidade científica* de então.

O início dos estudos

Provavelmente, o primeiro a analisar sistematicamente restos materiais do nosso passado tenha sido Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800). No final do século XVIII, ele pesquisou sambaquis, ou ostreiras, tema de arqueologia brasileira que são objetos de estudo até hoje, tendo publicado seus resultados nas suas *Memórias para a capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo* em 1797.

Frei Gaspar nasceu e viveu a maior parte da sua vida no litoral paulista, tendo sólida formação humanista, como destaca Kobelinski (2011), tendo-se doutorado em Filosofia e História em 1749. Ao voltar sua atenção para os sambaquis, reconheceu neles uma construção antrópica e não um mero acúmulo natural de conchas, porque “nelas acham-se machados (os dos índios eram de seixo muito rijo), pedaços de panelas e ossos de defuntos” (Madre de Deus, 1797: 20). A Bíblia diz que as primeiras ferramentas eram feitas de metal desde os tempos de Tubalcaim, já na sétima geração depois de Adão (Gênesis 4,22). Perfilhar que houve uma época em que instrumentos de metal não existiam e que houve uma “idade da pedra” foi um longo processo, novidade até mesmo na Europa (Trigger 2004). Reconhecer machados de pedra polida em sambaquis como tais e não como “pedras de raio” ou obras do acaso mostra que o frei estava em sintonia com os conhecimentos de seu tempo. Embora não fosse naturalista, Frei Gaspar fez levantamento das espécies de conchas presentes nos sambaquis que visitou, o que indica tendência à valorização do contexto.

Há no trabalho dele dois elementos essenciais da investigação arqueológica. Primeiro, o empirismo, ou seja, a observação direta dos fatos com uma disposição para construção de uma teoria livre de dogmas. Segundo, o conhecimento das teorias em voga através das publicações da Academia Real de Lisboa, da qual era membro correspondente. A maior falha do trabalho de Frei Gaspar foi a curadoria do material recolhido (ignora-se que destino tiveram as peças estudadas por ele),

essenciais para o trabalho científico moderno. Faltou uma ligação com a comunidade científica e com uma instituição museológica.

Talvez, a primazia da arqueologia brasileira devesse então pertencer a José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1774-1847), pela expedição à Ilha do Negro Morto em 1838.

Segundo o *Correio Official do Império* de 12 de novembro de 1838, o diplomata José Silvestre Rebello, que servira nos Estados Unidos, publicou em *Transações philosophicas de Philadelphia* (obra que não conseguimos localizar) que um marinheiro americano teria levado alguns ossos “antediluvianos” do Brasil para a Filadélfia. Essa publicação fez com que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional convidasse o Visconde de São Leopoldo, então ligado ao Museu Nacional¹, a ir ao litoral paulista verificar *in loco* se eram ossadas de gigantes. O Visconde, que tinha formação em Direito e cuja única credencial seria ter nascido em Santos e conhecer a região, aceitou o encargo, dirigindo-se à Ilha dos Mortos ou do Negro Morto, onde havia um sambaqui. O magistrado fez escavações e achou ossos humanos em meio às conchas. Encontrou “pedras talhadas em forma de cunha”, que imaginou servirem para arrancar ostras, “e talvez outros usos da vida”. O visconde supôs que os sambaqueiros tivessem vindo do sul, da Patagônia ou dos Pampas. As “cunhas de pedra” achadas foram remetidas ao Museu Nacional e os resultados divulgados pelos meios disponíveis na época (Archeologia 1838: 2-3).

Assim, temos na escavação do Visconde quase todos os elementos da pesquisa arqueológica moderna, desde o levantamento prévio de informações à musealização do material recolhido, inclusive com a divulgação dos resultados. Faltaram cuidados com a estratigrafia e o contexto, bem como a análise laboratorial. Porém, em lugar nenhum do mundo no século XIX o método arqueológico estava consolidado, não havendo protocolos de pesquisa universalmente aceitos. Se ainda

tivéssemos o acervo do Museu Nacional², as peças coletadas pelo Visconde poderiam ser examinadas por métodos modernos.

O azar do trabalho do Visconde de São Leopoldo parece ter sido o de outros pesquisadores brasileiros de seu tempo: sua ligação com a atividade política. Nos primeiros anos da República, seus adversários e os opositores da monarquia sempre tentaram obscurecer o valor das pesquisas de homens ligados ao imperador. Também é de se levar em conta que Fernandes Pinheiro, apesar de culto, não era um naturalista, e, naquela época, o estudo dos sambaquis era tido como atinente às ciências da natureza e não às humanidades. Assim, os relatórios do visconde foram vistos como secundários pelos estudiosos da época.

Se quisermos dar a primazia da arqueologia brasileira ao primeiro que teve um diploma na área, o primeiro brasileiro a estudar formalmente a matéria foi Antonio Baptista da Rocha, que fez seu curso de arqueologia em Roma na década de 1840, tendo trabalhado no Templo de Júpiter Stator (Noticias diversas 1850: 293). Não se conhece nenhum trabalho seu em arqueologia brasileira, não só pela formação em arqueologia clássica, como por ele ter morrido ainda jovem, pouco depois de voltar ao Brasil. Sua influência se restringe à criação da cadeira de Arqueologia e História da Arte na Academia Nacional de Belas Artes em 1855.

O início falhado da arqueologia no IHGB

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 pelo Visconde de São Leopoldo, o qual foi seu presidente até sua morte.

Segundo Langer (2001: 36), somente por influência de Varnhagen, o instituto teria se interessado por estudos arqueológicos especialmente dos sambaquis. O corógrafo

1 Atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ).

2 O Museu Nacional foi destruído por um incêndio em setembro de 2018, tendo-se perdido grande parte do acervo. O que foi salvo dele ainda não estava disponível para pesquisa na data da publicação deste artigo.

Conde de La Hure teria sido o primeiro a apresentar um trabalho sobre o tema arqueológico ao Instituto, uma carta-relatório de 1864. Essa afirmação é questionável, não só porque o próprio Visconde de São Leopoldo havia, no mesmo ano da fundação do Instituto, feito seu estudo sobre os sambaquis, como também a instituição endossou a famigerada busca pela cidade perdida de Sincorá no sertão da Bahia no ano seguinte. O próprio Langer (2002) faz um precioso estudo da expedição, chefiada pelo Cônego Benigno e financiada pelo Instituto, em busca de Sincorá. A expedição teve o apoio do recém-coroadado D. Pedro II e recebeu recursos públicos em 1841. Foi o fiasco da expedição a Sincorá que afastou o IHGB da arqueologia até a data aventada por Langer.

Como diz Ferreira (2006: 272), em 1839, o IHGB “publicou, no volume inaugural de sua Revista, um manuscrito setecentista que descrevia, sem coordenadas geográficas precisas, uma cidade abandonada nas matas do Sincorá, sertão da Bahia”, texto hoje conhecido como *Documento 512*. O Cônego Benigno, José de Carvalho e Cunha (1789-1849), empreendeu uma expedição em busca da suposta cidade perdida. As idas e vindas da expedição e seus fracassos foram divulgados pela imprensa, que criticou a expedição como gasto inútil do dinheiro público (Langer 2002).

A expedição a Sincorá malogra depois de anos de buscas infrutíferas e, como afirma Ferreira (2006: 273), o IHGB sofreu pesadas críticas à expedição do Cônego, o que o obrigou a tomar uma atitude defensiva em relação à arqueologia. Essa experiência foi ridicularizada por todo o século XIX e começo do século XX. Não é estranho que, enquanto foi presidido pelo Visconde de São Leopoldo, o IHGB tenha se furtado a apoiar trabalhos arqueológicos.

Mesmo assim, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro e ligado ao IHGB, começou a estudar os sambaquis de Cubatão em 1840, encontrando crânios e ossos humanos, o que mostra que os membros do Instituto não estavam desinteressados no assunto. Varnhagen

só admitiu em 1849 a origem antrópica dos sambaquis, coisa que Frei Gaspar e São Leopoldo já havia feito (Lager, 2001).

Peter Lund

O malogro da busca pela cidade perdida de Sincorá esfriou os ânimos da arqueologia brasileira, que teria sido abandonada não fosse o afluxo de viajantes estrangeiros nas décadas seguintes. Estes trouxeram a ideia da arqueologia como ciência natural, adaptando métodos da geologia para o estudo dos sítios arqueológicos. Até então, as pessoas interessadas pelo passado do Brasil e que faziam pesquisas de campo não tinham nenhuma formação científica, sendo, em geral, padres e advogados. Sem dúvida, o primeiro destes viajantes a ser lembrado é Peter Lund (1801-1880).

Embora seu trabalho estivesse voltado quase completamente para a paleontologia, Peter Lund é tido como o fundador da arqueologia brasileira por ter descrito os restos do “homem da Lagoa Santa”. Provavelmente é ainda a questão política que contribuiu para essa atribuição de pioneirismo a Lund. Por ser estrangeiro e não estar ligado à Monarquia como Pinheiro e Varnhagen, ele rapidamente se tornou incontestável entre os historiadores da arqueologia já no século XIX.

Segundo Paiva (2013: 279-280), é quase impossível escrever um texto original sobre a vida de Lund porque muitos autores se debruçaram sobre o assunto. Formado em medicina em 1824, Lund faz sua primeira viagem ao Brasil em 1825, permanecendo no país até 1829, quando participou de excursões pela província do Rio de Janeiro nas quais recolhe material que é enviado ao Museu Natural da Dinamarca. Retorna à Europa para concluir o doutorado, tendo feito cursos com Georges Cuvier em Paris. Em 1833, volta ao Brasil, fazendo várias expedições até 1845 (Holten & Sterll 2011). Em 1834, fixou residência em Lagoa Santa, onde começou suas investigações sobre fósseis da região. Trabalhando no Brasil, ajudou a lançar

dúvidas sobre a teoria do dilúvio bíblico e a levar as origens da humanidade para tempos remotos, como pretendido por Darwin (Faria; 2008: 139-156).

Em 1839, Lund tornou-se membro honorário do IHGB, com o qual mantinha correspondência (Paiva 2013: 283), demonstrando novamente que o Instituto não estava alheio à pesquisa arqueológica no período.

Lund encontrou ossadas humanas fossilizadas nas cavernas de Lagoa Santa por volta de 1840, publicando em 1841 sua descoberta em *Quarta memória sobre a fauna das cavernas*. A forma como ele trabalhou os restos humanos estavam mais próximos da “paleontologia humana” que da arqueologia (Faria 2008: 147). Lund não estava preocupado com a cultura arqueológica, mas com a posição do homem no registro fóssil. Em 1845, encerrou seus trabalhos e se abstém de pesquisar, embora continue a viver em Lagoa Santa até o fim da vida (Paiva, 2013: 287).

Por sua formação e prestígio, Lund causava grande impressão no imaginário brasileiro da época. Em 23 de fevereiro de 1842, *O Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, atribuiu a Peter Lund a descoberta de uma vila irlandesa na Bahia, com lajes gravadas em caracteres rúnicos e uma estátua de Thor armado com seu martelo (Archeologia Brasileira 1842: 2). Apesar de ser uma afirmação sem base científica, provavelmente eco da busca de Sincorá, mostra como naquele tempo o prestígio de Lund como arqueólogo já era quase folclórico. Ainda em 1850, Senna Freitas (1850: 362-363) o citou como esperança para que se prove que as Américas foram colonizadas por nórdicos antes de Colombo.

A primeira fase do Museu Nacional

Criado por D. João VI, em 6 de junho de 1818, o Museu Nacional foi um gabinete de curiosidades apresentando em acervo objetos como uma cabeça de porco deformada, um gato de duas cabeças empalhado e um galo de

pernas tortas (Comunicado 1849: 2). Porém, como nota Chaves (2018: 127-128), isso não era diferente do que acontecia em outros museus da época.

A arqueologia no Museu Nacional se inicia com a aquisição da coleção egípcia em 1826, primeiro como empréstimo e depois como compra. O jornalista Basílio Ferreira Goulart criticou a aquisição, defendendo que valorizar o passado indígena nacional era mais importante que o colecionismo de peças estrangeiras. Havia espaço é claro para as duas coisas. Em 1841, o almanaque português *Universo Pittoresco* diz que no Museu Nacional do Rio de Janeiro havia “mumias indianas extraídas d’algumas sepulturas e assaz notáveis pelo bom estado de conservação” (Campo de Sta. Anna e o Museu Nacional 1841: 375), durante anos, porém, o acervo de antiguidades, brasileiras ou estrangeiras, do Museu Nacional ficou sem estudos (Chaves 2018: 129-132). Somente no período final da direção de Frei Custódio Alves Serrão (entre 1828 e 1847) foi elaborado, através do decreto 123 de 3 de janeiro de 1842, o primeiro Regimento do Museu, no qual era prevista e existência de um “setor de numismática, artes liberais, arqueologia, artes e costumes das nações modernas” (Museu Nacional 2007-2008: 10). O nome oficial mostra a importância secundária dada ao fator arqueológico pelo museu.

Apesar de suas deficiências, o Museu Nacional era a principal referência da arqueologia no Brasil e para o qual eram encaminhados os achados fortuitos. Em 1858, o engenheiro Heinrich Halfeld – também conhecido pelo aporuguesamento Henrique Halfeld – enviou ao Museu dois machados de pedra achados na parte mineira do Vale do São Francisco e que foram atribuídos aos indígenas (Museu Nacional 1859: 2). Em 1879, Rangel Paio publica uma síntese dos conhecimentos da arqueologia americana na *Revista Brasileira* (Paio, 1879). Na mesma revista, Abílio Marques (1880) publicou o artigo “As ostreiras de Santos e os kiokken-moddigns da Dinamarca”, no qual descreve os sambaquis e suas analogias com outras concheiras pelo mundo, resumindo

criticamente todos os trabalhos feitos a respeito até então, desde Frei Gaspar da Madre de Deus até Werner, que é criticado por sua falta de método de controle. Esses artigos carregam a chancela do Museu Nacional, mas carecia ainda para a arqueologia brasileira da revisão por pares dos artigos.

A arqueologia como ilustração

A definição do que é arqueologia, como quase todas as ciências, demorou a se fixar. Dificilmente na história de uma disciplina científica seus objetivos e métodos são claros em seus inícios e o tempo cuida de ajustá-los. Etimologicamente a palavra significa “estudo das coisas antigas”, o que é bastante vago e até hoje há áreas cinzentas sobre o escopo da arqueologia. Muitos consideravam o estudo das obras de arte e da arquitetura da antiguidade como um ramo da arqueologia. Antonio Baptista da Rocha, nosso primeiro “arqueólogo diplomado”, provavelmente foi formado nessa visão.

A Academia Imperial de Belas Artes foi a primeira instituição brasileira a ter uma matéria de arqueologia em seu currículo, a cadeira de Arte, Estética e Arqueologia, em 1854, fundada provavelmente para empregar Baptista da Rocha, ao voltar com o diploma em arqueologia clássica da Europa. Depois da morte precoce dele, serviu para empregar Manuel de Araújo Porto-Alegre e, anos depois, seu genro, o pintor Pedro Américo.

Na década de 1850, o senador Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape (1795-1864), era membro honorário da Academia de Arqueologia da Bélgica (Visconde de Maranguape 1859: 2). Como não se conhece nenhuma produção bibliográfica dele, é provável que o título fosse meramente honorífico. Na época, Lopes Gama era ministro das relações exteriores do Brasil e aquela academia não era prestigiosa, não tendo aliás nenhuma atividade arqueológica real, sendo renomeada depois como Academia Real de Belas Artes (300 ans d’histoire pour l’Académie Royale des Beaux-Arts, 2020).

Por muito tempo, a arqueologia no Museu Nacional vai ficar a cargo do pintor Manuel de Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo (Pequeno Almanak 1843: 83), professor da Academia Imperial de Belas Artes e sogro de Pedro Américo. Assim, a seção do Museu Nacional passa a funcionar como um adendo da Academia, onde eram ministradas as aulas de arqueologia aos futuros pintores e escultores.

Apesar do pouco interesse real de Porto-Alegre pela arqueologia, a seção apresentou melhoras durante sua administração. Em 1845, o setor no qual objetos estavam amontoados em armários e gavetas “sem ordem conveniente” recebeu seu primeiro inventário completo, com especial atenção à coleção egípcia (Rio de Janeiro 1845: 3). Por volta da década de 1850, a imperatriz Teresa Cristina, napolitana de nascimento, era uma das financiadoras das escavações na região do Vesúvio, das quais recebia suas cotas de antiguidades que eram doadas ao Museu Nacional (Chaves 2018: 135-138). Essa coleção de antiguidades não suscitou nenhum estudo na época, nem mesmo sobre seu valor estético.

Porto Alegre foi enviado à Europa como embaixador em 1859, apesar de continuar constando como diretor do setor de arqueologia do Museu. Assim, a área de numismática e arqueologia (que era uma área num sentido realmente físico) ficou por anos sob a responsabilidade direta de Carlos Leopoldo de Cesar Burlamarque, que acumulava as funções de porteiro e guarda do Museu (Haring 1863: 77). Imagina-se que a ação de Burlamarque se limitava a arrumar a seção e arranjar o espaço para as exposições.

Em 1866, Araújo Porto-Alegre foi nomeado como representante ao Congresso Histórico e Arqueológico de Antuérpia (Sociedades literarias e industriaes 1866: 1). Miguel Maria Lisboa escreveu a memória a ser exposta no Congresso por Porto-Alegre (Pinheiro 1868: 1-2) e o texto parece ter sido apresentado, embora não se tenha achado uma cópia durante a pesquisa. Para sermos justos, Porto-Alegre ainda estava servindo como embaixador do Brasil em Dresden e as despesas de sua viagem à Antuérpia não seriam excessivas.

Ainda em 1869, Pedro Américo foi encarregado da cadeira de “arte, estética e arqueologia” da Academia Imperial de Belas Artes (Souza 1869: 95), cargo que ocupará até 1885 quando se afastou por motivos de saúde (Licenças 1885: 2). Pedro Américo nunca publicou nenhum trabalho na área de arqueologia e é provável que a palavra só estivesse no título da cadeira por mera tradição depois da morte de Baptista da Rocha.

O apego de Porto Alegre ao cargo no Museu Nacional faz com que ele usasse sua influência política para mantê-lo, apesar de afastado durante anos. Só após sua morte, em 1879, seria nomeado um novo conservador de arqueologia para o Museu: Luiz Ferreira Lagos (Haring 1879: 410).

A missão Thayer e a Comissão Geológica do Império

Desde a desistência de Lund de continuar pesquisando em 1845, passaram-se quase vinte anos sem que estrangeiros se interessassem pela área de arqueologia do Brasil. Diz Langer (2001: 42) que, a partir dos anos 1840, Rath publicou considerações sobre sambaquis na revista *Brasília*, de Petrópolis, assim como em revistas da Europa, mas estes estudos ficaram restritos a um estreito círculo.

Na década de 1870 há interesse do governo em financiar pesquisas arqueológicas de cunho científico. Segundo Chaves (2008: 141), “a partir dos anos 1870, o Brasil viveu um movimento mais presente em que o IHGB e a Biblioteca Nacional estavam procurando narrar a história da nação através de seus acervos e estudos”. Esse interesse não surgiu de súbito, mas era gestado havia alguns anos.

Louis Agassiz (1807-1873) havia-se envolvido na polêmica sobre a extensão das glaciações no hemisfério Sul. Ele também havia se notabilizado por ter provado a extensão das glaciações na Europa e América do Norte, mas nos anos seguintes começou a ser questionado por suas posições fixistas em oposição à teoria da evolução. Para provar seus pontos de vista, ele organizou a expedição

Thayer, batizada em homenagem a seu principal financiador, que passou quinze meses no Brasil e da qual participava o jovem Charles Hartt (1840-1878), que iniciara seus estudos em Harvard como discípulo de Agassiz (Brice & Figueroa 2001: 162-165).

Depois da expedição, Hartt, formado naturalista, se afasta das ideias de Agassiz e faz uma viagem solitária pelo país em 1867, a partir da qual escreveu *Geology and Physical Geography of Brazil*, publicada em 1870.

Charles Hartt, já professor da Universidade de Cornell, voltou ao Brasil chefiando três missões científicas a partir de 1870. Tinha ele plena noção do valor do contexto para a interpretação do sítio arqueológico, além de saber que não existem peças sem importância e que o registro da escavação deve ser preciso (Hartt 1873: 201).

Hartt chefiou nove alunos e um botânico, tendo voltado à Amazônia no ano seguinte acompanhado de seu discípulo Orville Derby (1851-1915). A partir da viagem de 1871, ele passou a duvidar das teorias criacionistas e tender para as ideias evolucionistas (Sanjad 2004: 450-451).

Por influência de Hartt, foi criada a Comissão Geológica do Império. Em 1875, sete integrantes da comissão, incluindo o fotógrafo Marc Ferrez, percorrem boa parte do território nacional, realizando coletas e levantamentos fotográficos. Hartt estava munido com o que havia de melhor na época do ponto de vista tecnológico. Sua expedição ao Vale do São Francisco em 1875 registrou as pinturas rupestres de Xingó e fez talvez o primeiro registro fotográfico delas (Jordão 1875: 3).

Em março de 1876, o Ministério da Agricultura reorganizou o Museu Nacional, nomeando Hartt diretor da seção de geologia, entre a primeira e a segunda jornadas da expedição. Em 1877, por motivos políticos e econômicos, a Comissão Geológica foi desfeita (Souza 2014), ficando Hartt ligado apenas ao Museu. Sua morte precoce em 1878 interrompeu seu trabalho.

Hartt não foi um arqueólogo. Sendo um naturalista com foco na geologia, como

Lund, a pesquisa arqueológica era apenas complementar a sua preocupação principal que era o amplo estudo da natureza. Suas descobertas na área da arqueologia foram anclares às pesquisas geológicas. Os registros humanos eram vistos como mero marcador de tempo ou fóssil guia. Entretanto, a precisão da sua estratigrafia e o cuidado no registro das ocorrências fazem das pesquisas de sua equipe uma valiosa contribuição à arqueologia científica nascente.

Orville Adelbert Derby (1851-1915) deu continuidade ao trabalho de Hartt, o qual acompanhara desde a expedição de 1871. Com a morte de Hartt, Derby o sucedeu no cargo no Museu Nacional e participará da Comissão Geográfica Geológica de São Paulo (Souza 2014: 50). Derby continuou seus trabalhos como geógrafo e geólogo no Brasil até sua morte em 1915, mas sem outras contribuições à arqueologia.

Reação do IHGB

Durante anos, depois do fracasso da investigação da “cidade perdida” na Bahia, o IHGB deixou de publicar trabalhos de arqueologia. Para Langer (2001: 40), a resistência do Barão (depois Visconde) de Capanema, segundo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fez com que as pesquisas arqueológicas não tivessem mais respaldo na instituição, principalmente pela visão utilitarista dele, que se interessava mais pela pesquisa geológica que lhe rendesse resultados econômicos do que pela pesquisa histórica. Para o autor “o Império estaria viabilizando a ciência enquanto instrumento de conquista das potencialidades naturais, uma tarefa que para a arqueologia do momento estava descartada” (Langer 2001: 41).

A aversão do Visconde de Capanema surgiu por motivos pessoais. Ele se indisputou com os viajantes estrangeiros, mormente com Agassiz, pessoa de personalidade difícil e francamente racista. Capanema então passa a atacar a Comissão Geológica do Império o quanto pode. Discorda dos trabalhos de Agassiz e pretende

mostrar que os brasileiros podem fazer ciência de qualidade (Brice & Figueroa 2001: 171).

A oposição que Langer sente em Capanema parece ser menos uma antipatia à arqueologia que uma crítica ao fato de geólogos estarem se dedicando àquela ciência. Para ele, a Comissão Geológica do Império deveria estar mapeando os recursos minerais do país e não dando opiniões sobre sua pré-história. Prova disso é que em 1865 a revista do IHGB publica artigo de La Hure, o “*Considérations sommaires sur l’origine des amas de coquillages de la côte du Brésil*” (La Hure 1865). Neste trabalho, o autor indica que o principal interesse do estudo dos sambaquis é o estudo dos seus construtores, levando o assunto para o campo da arqueologia.

Criticava-se o fato de as pesquisas arqueológicas no Brasil feitas por expedições estrangeiras não só se dedicarem ligeiramente a cada sítio, como também levaram grande quantidade de implementos para o exterior. O Museu Nacional era acusado por outros de não ter cuidado com o patrimônio nacional (Exposição anthropologica 1882: 1). Boa parte dessas críticas se dirigia aos trabalhos de Charles Hartt e a Orville Derby.

Capanema, Nogueira e Rodrigues (1876) publicam seu excelente *Ensaio de sciencia*, mormente voltado à linguística arqueológica. Em seu capítulo, o Barão de Capanema demonstra que a vida nos sambaquis não era insalubre, teorizando que as concreções de conchas foram antrópicas e intencionais por uso do fogo, e não obra do tempo. O objetivo dos sambaquieiros seria criar uma plataforma alta para usos ainda desconhecidos. Assim, os sambaquis não seriam meros amontoados de lixo orgânico nos quais se levava uma vida miserável, mas construções planejadas. Capanema observa que as conchas não são de espécies aleatórias, mas definidas em cada sambaqui, porém negue que eles tivessem um caráter monumental, sendo construções utilitárias (Capanema 1876: 85-86).

O IHGB procura também publicar trabalhos inéditos em arqueologia feitos por pesquisadores de reconhecido mérito científico, mas independentes da Comissão Geológica. O engenheiro Carl Friedrich Joseph Rath,

conhecido como Carlos Rath, em 1848, fez pesquisas em sambaquis entre Santos e Paranaguá, porém só publicou seus resultados em 1871. A revista do IHGB publicou as descobertas de Rath sobre sambaquis em artigo intitulado “Noticia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil” (Rath 1871), sobre pesquisas que já datavam de quase três décadas. Rath (1874) levanta a possibilidade de que alguns sambaquis seriam sepulturas com o caráter de monumentos, o que extrapola o caráter meramente naturalístico dos achados. Estudando esqueletos encontrados nos sambaquis, ele buscou criar analogias etnológicas entre os povos dos sambaquis e indígenas brasileiros que já haviam sido estudados antropometricamente, comparando também os rituais funerários destes povos com os sepultamentos dos sambaquieiros. Infelizmente, Rath, desligado de instituições de pesquisa, ignorou quase tudo o que fora publicado por brasileiros sobre o assunto.

Em 1876, como esforço para se opor ao trabalho da Comissão Geológica do Império, IHGB conseguiu que o recluso Peter Lund lhe doasse o crânio do homem da Lagoa Santa (Paiva 2013: 283).

Carlos Wiener

Quase simultaneamente à Comissão Geológica do Império, temos o trabalho de Charles Wiener Mahler (1851-1919), também conhecido como Carlos Wiener. Segundo Rebollar e Fernandes (2013: 276), em 1875, “Carlos Wiener, Carlos Schreiner, Frederico Muller e Silva Ramalho foram convidados pelo diretor do Museu Nacional [...] para investigar sambaquis no sul do Brasil e coletar materiais para as coleções arqueológicas do mesmo museu”.

Charles Wiener havia sido comissionado pela República Francesa para uma missão de estudo da América do Sul. Era uma missão de caráter oficial e diplomático que planejava estudar o acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro em preparação para sua jornada ao Chile e ao Peru (Rio de Janeiro 1875: 1).

Wiener, que seria um dos grandes pesquisadores das civilizações andinas, estava ainda em sua primeira viagem e nada conhecia de concreto sobre a América do Sul. Como preparativo para a viagem ao Brasil, ele publicou um ensaio de revisão bibliográfica sobre o país, que era pouco mais que um verbete de enciclopédia (Wiener 1874).

A expedição Weiner tinha uma visão naturalística e positivista. Ainda sem experiência prática, ele não se preocupou em analisar profundamente os sítios arqueológicos. Como a maioria dos arqueólogos que trabalharam no Brasil até o fim do século XX, ele “acreditava que a diversidade dos dados coletados seria mais importante do que os amplos estudos” (Rebollar & Fernandes 2013: 277). Apesar de tudo, Wiener (1875) confirmou a visão de Rath de que os sambaquis tinham um caráter funerário e talvez monumental. Langer (2001: 44) indica regressos na metodologia de Wiener em relação a La Hure, o qual sequer registrou a estratigrafia dos sítios escavados. No ano seguinte, 1876, começa a ser publicado *Archivos*, a primeira revista do Museu Nacional, que tem um relatório de Weiner em seu primeiro volume.

Ladislau Netto

Em 1859, Ladislau de Souza e Mello Netto (1838-1894), quando era apenas um mero desenhista sem nenhuma formação, sequer um bacharelado, foi integrado como desenhista à Comissão de Estudos Hidrográficos do Alto São Francisco, ligada à expedição Thayer, por ordem expressa do imperador. Depois, vai à Europa, onde se forma em Botânica. Ao voltar à pátria é nomeado primeiro diretor de Botânica do Museu Nacional e, em seguida, seu diretor-geral (Send 1895: 1). Para Gabriela Martin (2008: 35) D. Pedro II, inspirado pela Sociedade de Antiquários de Londres, faz de Ladislau Netto seu protegido, quase um “*alter ego* arqueológico”, na esperança de encontrar raízes clássicas para o Império.

Em 1867, sob influência intelectual de Louis Lartet, descobridor do homem de

Cro-Magnon, com quem se corresponde, Netto passa a ser a alma da arqueologia do Museu Nacional (Netto 1884: 2). O real papel de Lartet nas ideias de Netto é duvidosa. O brasileiro usa a correspondência com o arqueólogo francês como uma espécie de credencial, mas é difícil precisar até onde vai a influência de um sobre o outro.

Até 1869, o Museu Nacional se limitou a receber achados fortuitos. Nesse ano, Ladislau Netto, já diretor do museu, vai até Seropédica para estudar *in loco* peças cerâmicas. O sítio é escavado sem nenhum critério, mas a cerâmica é descrita em detalhes bastante precisos (Rio de Janeiro 1869: 1-2). Em 1872, Ladislau Netto (1872: 3) apresenta uma comunicação à Sociedade Velosiana, um seletto grupo que se reunia no Museu Nacional, na qual apresenta sua visão da arqueologia brasileira, que ele coloca como parte das ciências naturais. Para ele, o seu principal objetivo é estudar as sociedades indígenas que viviam antes da chegada dos portugueses, posição defendida até hoje por grande parte dos especialistas da área. Todavia, Ladislau logo teria a sua “Sincora” que o colocaria como alvo de chacota de seus opositores durante o resto de sua vida.

Resumidamente, em 1872, foi enviado ao Museu Nacional o que seria o relato de um certo Joaquim Alves da Costa sobre o encontro de alguns registros rupestres no sítio Pouso Alto na Paraíba. Junto com a carta, foi enviado o que seria uma cópia desenhada das supostas inscrições. No início, Ladislau Netto ficou entusiasmadíssimo com a “descoberta” e chegou à conclusão de que os registros rupestres estariam grafados em caracteres fenícios, comunicando suas pesquisas preliminares não só no meio científico nacional, bem como na imprensa leiga.

Logo, o diretor do Museu Nacional começou a ser ridicularizado pelas suas tentativas de decifrar a escrita “fenícia” com seus poucos conhecimentos de hebraico, até que se deu conta de que se tratava de um embuste depois de saber que ninguém conhecia o suposto sítio Pouso Alto na província da Paraíba e nem o suposto remetente. Tentou se informar no Vale do Paraíba e também lá tanto o lugar

quanto a pessoa eram desconhecidos. Por fim, teve de publicar um artigo reconhecendo os erros sobre a questão em 1875 (Inscrição phenicia 1875: 1). Seus adversários nunca deixaram de lhe lembrar desse deslize.

Esse incidente fez com que Ladislau Netto descartasse de vez qualquer hipótese de origem do homem americano, concentrando-se em tentar estudar seu caminho da América do Norte para a do Sul. Entretanto, mesmo essa restrição metodológica salutar foi apontada por seus adversários como negativa.

A decepção com a “inscrição fenícia” e o constante contato com cientistas estrangeiros, principalmente Hartt, fez com que sua visão se desenvolvesse e que seu trabalho progredisse, embora nunca chegasse ao nível de excelência.

Não podemos ser severos demais com as técnicas e conhecimentos de Ladislau Netto. Na época, a metodologia era incipiente e se conhecia pouco mais que a estratigrafia e o método da seriação. A arqueologia ainda estava mais centrada no artefato que no contexto (Trigger 2004: 205). Uma das principais qualidades do trabalho de Ladislau é a descrição minuciosa dos objetos.

A arqueologia amazônica

Os viajantes estrangeiros deixaram forte impressão no público brasileiro, mas eles eram principalmente naturalistas preocupados com aspectos geográficos e biológicos do Brasil que dariam dados complementares a pesquisas feitas no exterior. Os estudos etnográficos e arqueológicos eram subsidiários e acidentais. Contudo, para os intelectuais brasileiros, com pouca ou nenhuma formação científica, os impressionava suas descobertas sobre a pré-história brasileira. Assim, muitos nacionais, estimulados pela presença dessas grandes expedições começaram a se interessar pelo estudo arqueológico (Cunha 1989: 24).

Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), um autodidata sem nenhuma formação formal (Cunha 1989: 21), fundador do Museu Paraense (hoje Emilio Goeldi), catalogou sambaquis do Baixo Amazonas no

Pará, sendo provavelmente o pioneiro no Norte do Brasil na década de 1870, recolhendo e estudando o material cerâmico que acompanha os enterramentos da Ilha do Pacoval, no Marajó. Esses artefatos são logo entendidos como testemunhos de uma cultura extinta, embora avançada o suficiente para dar suporte ao nacionalismo nascente (Amorim 2019: 56).

Assim que foi fundado, o Museu Paraense já contava com uma seção arqueológica. Segundo Amorim (2019: 32), isso indica uma preocupação em compreender os objetos coletados “em um contexto mais amplo, cujo objetivo seria desvendar a história, como viviam os primeiros povos que habitavam a região e apreendê-los como parte da construção da identidade regional e nacional”. Todavia, pode indicar apenas uma tentativa de imitar a organização do Museu Nacional.

O Museu Paraense em 1882 recebeu a visita de Ladislau Netto em busca de explorar o Marajó. Netto levou embora boa parte da coleção daquele museu para fazer parte do acervo do Museu Nacional, o que levou Ferreira Penna a conseguir que o governo provincial fizesse uma lei protegendo o patrimônio local (Cunha, 1989: 28).

Como diz Amorim (2019), a partir de sua descoberta por Ferreira Penna, a cultura Marajoara se tornou um dos ícones da arqueologia nacional.

Barbosa Rodrigues

Durante a terceira expedição da Comissão Geológica do Império, Derby estudou os tesos de Marajó, apesar de se reconhecer despreparado para isso, identificando apenas seu caráter artificial (Derby 1878: 90). Seu acompanhante, João Barbosa Rodrigues, foi quem mais se interessou pelo aspecto arqueológico da paisagem marajoara.

Hoje considerado um dos maiores nomes da ciência brasileira do século XIX (Sá & Heizer 2012: 6-8), João Barbosa Rodrigues teve um início de carreira bastante singelo. Bacharel em Letras, foi durante anos professor no Colégio Pedro II. Ainda como amador,

publicou em 1870 um livro sobre orquídeas brasileiras, ricamente ilustrado, que chamou a atenção dos especialistas estrangeiros por descrever espécies novas. A obra lhe valeu a proteção do Barão de Capanema e a rivalidade com Ladislau Netto. Por causa da repercussão do livro e por sua habilidade como desenhista, ele foi encarregado de acompanhar a expedição de Hartt pela Bacia Amazônica em 1871. Ele é treinado por Hartt e passa a fazer ilustrações botânicas, quando tentou se destacar como autoridade em biologia. A partir de 1872, viajou pela Bacia Amazônica em missão científica (Sá 2001: 899-906).

Não conseguindo ser reconhecido como biólogo, parte para a química, quando se torna diretor de uma pequena indústria da área durante vários anos (Sá 2001: 921). Convence D. Pedro II a montar para ele um laboratório de fisiologia anexo ao Museu Nacional para procurar um antídoto para o curare. Em 1883, é nomeado diretor do Museu Botânico do Amazonas, sediado em Manaus (Silva 1886: 2).

Barbosa Rodrigues encontrou no Amazonas o que ele chama de “ídolo amazônico”, provavelmente um vaso marajoara do qual mandou fazer cópias de gesso, as enviando à Europa com algumas muiiraquitãs (Rodrigues 1883a: 1). Seu interesse pela arqueologia se centrou sobre estes dois temas e alguns outros artefatos líticos, porém o trabalho de Rodrigues (1876: 92 e ss.), *Antiguidades do Amazonas*, é primoroso por suas observações precisas e descrições cuidadosas. Suas conclusões são escassas: o autor defende que os povos da Amazônia tinham sido mais prósperos antes da colonização e que devem ser descendentes de povos asiáticos, embora pense que a migração para a América se dera depois da formação do Estado chinês, que os teria expulsado. O seu maior defeito é o de não conhecer a bibliografia já existente a respeito (Rodrigues 1883b: 2).

Barbosa Rodrigues havia erradamente identificado a pedra verde com que são feitos os muiiraquitãs com a nefrita, mineral do jade. Naquela época, não se conhecia nenhuma jazida de nefrita na América, o que o fez imaginar que os amazônicos adquiriam a nefrita diretamente

da Ásia Central. Não havendo nenhum indício de comércio entre ambas as regiões, o autor supõe que os ancestrais dos indígenas brasileiros teriam trazido o jade consigo ao saírem da Ásia. Ora, não se podendo conceber que possa uma reserva de jade trazida por uma única leva de migrantes em uso por milênios, a migração seria extremamente recente, pouco anterior à chegada dos europeus. Durante anos essa foi a tese principal dos trabalhos de Rodrigues. O autor inclusive demonstra não ter aceitado as lições do seu tempo ao afirmar que os índios brasileiros eram descendentes de Cã, o filho de Noé que migrou para as Américas depois do caso da Torre de Babel (Rodrigues 1891, p.2).

Gustavo de Suckow (1891: 1) criticou a teoria da origem recente dos amazônicos pela maneira mais óbvia. Chamou a atenção de que não se tratava necessariamente de nefrita, mas de uma pedra verde. Sabe-se hoje que é amazonita, uma variedade do feldspato. Mesmo que fosse nefrita, Suckow argumentou que poderia haver uma jazida de nefrita desconhecida em lugar mais próximo – hoje conhecemos jazidas de nefrita no México. Todavia, Suckow infelizmente prosseguiu com sua crítica, passando a defender a origem dos índios na submergida Atlântida.

Depois da Proclamação da República, Barbosa foi nomeado diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, abandonando em definitivo a arqueologia em favor da biologia (Sá 2001: 922).

A Exposição Anthropologia Brasileira

Em 1881, planejou-se a *Exposição Anthropologia Brasileira* no Museu Nacional (Netto 1881: 1), que aconteceria no ano seguinte. A exposição foi talvez o auge da arqueologia e da etnografia do período imperial.

A *Revista da Exposição* (Moraes Filho 1882), em suas 174 páginas, resumiu a ciência arqueológica oficial brasileira da época. Nela foram reunidos textos de autores e datas tão díspares quanto Hartt, Padre José de Anchieta, J. B. de Lacerda, Barbosa Rodrigues,

Ladislau Netto, Orville Derby e Severiano da Fonseca (irmão de Deodoro da Fonseca).

É difícil resumir em poucas palavras a visão que os artigos apresentados transmitem sobre a pré-história brasileira, que era no fundo a visão de Ladislau Netto e, portanto, do Museu Nacional. Basicamente, haveria duas zonas de ocupação indígena, uma mais antiga, os “trogloditas” representados pelos sambaqueiros e o homem de Lagoa Santa, e a zona amazônica, de ocupação mais recente. Essa visão ainda perdura hoje. *Mutatis mutandis*, nossos teóricos ainda tendem a separar a arqueologia amazônica da arqueologia do resto do país.

Os habitantes da Amazônia, segundo se depreende da *Revista da Exposição*, teriam vindo da América do Norte através da América Central e seus ancestrais teriam saído da Ásia no século VI EC (Netto 1882: 25-26). A razão de uma data tão recente, como foi dito, é que Barbosa Rodrigues tinha identificado o material dos muiraquitãs como sendo nefrita e como as únicas jazidas conhecidas deste mineral na época eram da Ásia e da Nova Zelândia, logo, todos os muiraquitãs só poderiam ter vindo da Ásia, trazidos pelos ancestrais dos índios amazônicos. Somente no século XX o material dos muiraquitãs seria identificado como amazonita, descartando a hipótese.

Durante a exposição, em 1882, o Museu Nacional foi transferido para o Paço de São Cristóvão, residência da família imperial, onde se manteve até seu recente incêndio. A nova sede deu um grande prestígio ao Museu Nacional, embora tenha atraído o ódio dos opositores que o viam como um dos símbolos do regime monárquico.

A dispersão

A segunda parte da década de 1880 marcou, junto à decadência do regime monárquico, a dispersão dos trabalhos arqueológicos no Brasil e o triunfo da pseudoarqueologia, como o recurso a fantasias sobre navegantes nórdicos e fenícios

trazendo a civilização para o continente americano. Os avanços científicos na área da arqueologia não impediram que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro aceitasse em 1887 a apresentação oral de um trabalho de Aristides de Souza Spinola intitulado *A cidade abandonada do interior da Bahia* (Sociedade de geographia do Rio de Janeiro 1887: 2). A comunicação foi um mero apanhado, uma revisão bibliográfica em que ele cita vários autores, inclusive Lund, e concluindo de que as informações sobre o assunto são descontraídas (Cidade abandonada 1887: 2).

Por esses anos, o engenheiro Francisco José de Freitas explorou os sambaquis de Laguna-SC (Collecção archeologica, 1881: 1), porém sem um objetivo claro e sem ser filiado a uma instituição de pesquisa.

Em 1885, Pedro Américo se afasta da cadeira de História da Arte, Estética e Arqueologia da Academia de Belas Artes, substituído pelo obscuro Theophilo das Neves Leão, que também não tinha qualificações para o cargo (Academia das Bellas Artes 1887: 3).

Por outro lado, em 28 de abril de 1888 foi publicado o decreto 9.942, que reorganiza o Museu Nacional, nomeando, entre outras coisas, pessoal permanente para a seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, finalmente separada da numismática (Gazetilha, 1888: 2). Também nesse ano, Ladislau Netto apresenta trabalho no Congresso de Americanistas (Congresso dos americanistas, 1888).

Sylvio Romero, grande filólogo e crítico literário, mas sem nenhuma formação ou trabalhos na área da arqueologia ou da antropologia, publicou *Etnographia brasileira* (Romero 1888), no qual resume e critica as principais discussões surgidas no IHGB e no Museu Nacional. O livro não é de relevância científica, mas simboliza o abandono das pesquisas feitas durante o Segundo Império sem que se proponha uma renovação que as substituam. Romero, meses antes da Proclamação da República, lança uma crítica devastadora sobre os trabalhos defendidos nas instituições científicas do Império, principalmente por Ladislau Netto e Barbosa

Rodrigues. Para ele, Netto não passa de um charlatão e de um plagiário que se sustenta apenas pelo apadrinhamento de D. Pedro II. Até a defesa de Ladislau Netto da origem asiática do homem americano foi duramente atacada por Romero. O autor é mais brando com Barbosa Rodrigues, ao qual reconhece a competência como observador, mas acusa de ciumento e arrogante, incapaz de reconhecer a contribuição alheia (Romero 1889, 242).

O início da República

Proclamada em novembro de 1889, a República traz, como qualquer mudança de regime, uma onda de revanchismo. Ladislau Netto foi bastante visado, suas obras são ridicularizadas e o Museu Nacional é descrito como um cabide de empregos.

Em 1890, o decreto 379-A reorganiza o Museu Nacional. O documento confirma a existência do setor de Antropologia, Etnografia e Arqueologia ao qual será destinado um diretor, um vice-diretor e um preparador e que estes cargos serão providos por concurso de provas e títulos (Museu Nacional 1890: 131). Somente em 1893 é aberto concurso para a vaga de Diretor da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional (Pequenos echos 1893: 1), sendo nomeado para o cargo Julio Trajano de Moura em agosto de 1894 (Pequenos echos 1894: 1).

Em *Contribuições para a archeologia paulista*, de 1893, o naturalista sueco Alberto Löfgren (1893: 3) reconhece a primazia de Lund e lembra outros pioneiros na arqueologia brasileira, embora tenha ignorado a contribuição de outros estudiosos do século XIX, criando a impressão de vácuo entre Lund e o seu tempo. Essa ideia de vácuo depois de Lund na arqueologia brasileira vai perdurar por boa parte do século XX.

Em 1897, exatos cem anos depois da publicação do livro pioneiro de Frei Gaspar, é extinta a cadeira de Arqueologia da Academia Nacional de Belas Artes (Congresso Nacional 1897: 421).

A arqueologia nacional, porém, não desaparece na Primeira República para só reaparecer com as missões estrangeiras de depois da Segunda Guerra. Em 1898, foi nomeado diretor da seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia o bacharel Domingos Sérgio de Carvalho, vaga para o qual fez concurso (Notícias diversas 1898: 1) e, em 19 de setembro de 1892, Charles Gustave Paille fez uma palestra sobre arqueologia (Pequenos ecos 1892: 1). Porém, o fato é que toda ciência nacional vai ser prejudicada pela anarquia militar e convulsões sociais que gerarão as inúmeras revoltas do período.

Conclusão

Podemos dividir os cem primeiros anos da nossa arqueologia em três períodos: (1) o formativo, começado mesmo antes da chegada da família real, com Frei Gaspar da Madre de Deus e continuada pelo Visconde de São Leopoldo; (2) a fase mais científica, com missões estrangeiras que se inicia com Peter Lund e prossegue com Hartt, La Hure, Derby e Wiener; (3) a terceira fase centrada no Museu Nacional e nas figuras de Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues, que termina com a República. Estas duas últimas fases não são exatamente sucessivas, mas se sobrepõem.

A primeira fase, que se enquadra na coleta de curiosidades e no esclarecimento de indivíduos isolados, funda-se num nativismo que busca encontrar as origens da nacionalidade brasileira ainda em embrião. Começa sobriamente com os sambaquis e culmina com a famigerada procura pela cidade perdida de Sincorá. Nela, surge a primeira instituição brasileira com pretensões científicas, o IHGB, que se perde entre diretrizes obscuras e questões políticas.

A segunda fase, a dos viajantes naturalistas, é a mais longa e profícua, porém se centra no prestígio dos cientistas estrangeiros que vêm ao Brasil apenas como uma fonte de informação. A maioria desses cientistas estava ligada a

instituições estrangeiras, enviando seus achados ao exterior e publicando seus trabalhos mais sérios em línguas estrangeiras, reservando para o público brasileiro apenas informações de vulgarização científica. Se eles treinam locais é para ter bons auxiliares, nunca pensando na formação de cientistas locais.

A terceira fase, menos científica e mais doméstica, é composta de pessoas que receberam treinamento das missões estrangeiras, mas sem uma real formação científica. Tenta unir o nacionalismo da primeira fase ao cientificismo da segunda, muitas vezes de maneira infeliz. As suas boas intenções esbarram na falta de formação científica dos pesquisadores e no excesso de politização da questão no fim do século XIX.

Outro aspecto a se observar é o interesse quase exclusivo pela arqueologia pré-histórica em todo o período estudado. Uma voz isolada a defender a necessidade da arqueologia histórica no Brasil foi a de Ignacio Accioli Cerqueira e Silva (1861: 4) ao comentar um achado fortuito de origem colonial soterrado. Essa subestimação da arqueologia da colonização ainda está bem presente em nossos dias.

O papel dos museus

No século XIX, temos o surgimento do Museu Nacional e do Museu Paraense, que se tornarão as duas instituições de referência na pesquisa arqueológica. Dessa bipolaridade, temos a ainda hoje presente divisão da arqueologia pré-histórica brasileira em “amazônica” e “não amazônica”, que ainda permeia os estudos arqueológicos no país.

A existência desses museus permitiu que muito do material recolhido no período fosse conservado. Sem eles, tudo teria sido enviado para o exterior ou relegado a curiosidades de particulares.

Enquanto havia uma polarização entre os museus de Belém e o Rio de Janeiro, que competiam entre si pela posse de material, não havia uma divisão clara entre

o Museu Nacional, o IHGB e a Academia de Belas Artes – a maioria dos membros da direção de uma instituição pertenciam também às outras, sendo as três compostas de prepostos do imperador. Muitos dos membros das diretorias eram nomeados apenas pela sinecura ou por uma questão de *status* e vaidade. Mesmo assim, houve uma tentativa de formação de arqueólogos nacionais, seja pela participação em expedições estrangeiras, seja por meio de bolsas de estudo e participação de congressos no exterior. Infelizmente, a viagem de estudo ao exterior era concedida aos mesmos apadrinhados sem relação com o mérito.

Por fim, nossos museus, mesmo nos seus primórdios, permitiram a divulgação de conhecimentos científicos, seja por meio de publicações científicas, seja pela realização de eventos.

Considerações finais

A pesquisa arqueológica não existe sem instituições que a respalde. Instituições fortes garantem uma pesquisa séria e consistente. A definição da nossa arqueologia enquanto ciência esteve ligada à definição de nossos museus como lugares de pesquisa. Enquanto nossos estabelecimentos museológicos engatinhavam no amadorismo, nossa arqueologia tateava em indefinições.

O nepotismo e o apadrinhamento que enfraqueciam a ciência no Império ainda permeiam alguns de nossos estabelecimentos de pesquisa. O prestígio do conhecimento científico muda a cada mudança de governo, como aconteceu na Primeira República. Como muitas direções de museus são cargos de confiança, a continuidade da investigação científica está sujeita a reveses.

RIBEIRO, Roberto da Silva. Archeology and the Brazil's National Museum: The First Hundred Years. *R. Museu Arq. Etn.* 39:188-205, 2022.

Abstract: The thought about archeological research in Brazil in the 19th century is still not clear. The aim of this article is to survey the archaeological activity in Brazil and its relationship with brazilians museum institutions, mainly the Brazilian National Museum, in its first hundred years, focusing on the period of the reign of D. Pedro II when Brazilian archeology had its first boom and some of the museums are still existing today have their origin. We can divide the first hundred years of our archeology into three periods: a formative period; a second, more scientific phase with foreign missions and a third phase centered on the National Museum and ending with the Republic.

Keywords: Archeology; History of science; Brazilian archeology; Brazilian museums; Science in Brazil.

Referências bibliográficas

300 ans d'histoire pour l'Académie Royale des Beaux-Arts. 2020. *Bruxelles*. Disponível em: <https://www.bruxelles.be/eventement-300-ans-de-lacademie-royale-des-beaux-arts-de-bruxelles>. Acesso em 01/11/2022

Academia das Bellas Artes. 11 nov. 1887. *Jornal do Commercio* 315: 3.

Amorim, L.B. 2019. *Dois museus e uma coleção: deslocamentos, disputas e identidades na trajetória de objetos arqueológicos da cultura marajoara*.

- Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Archeologia brasileira. 23 fev. 1842. *Jornal do Commercio* 176: 02.
- Archeologia. 12 nov. 1838. *Correio Oficial* 110: 1.
- Ardovasio, J.M.; Page, J. 2011. *Os primeiros americanos*. Record, Rio de Janeiro.
- Bittencourt, J.N. 2001. Fenícios, sambaquis e marajó: os primórdios da arqueologia no Brasil. *Tempos Históricos* 3(1): 53-75.
- Brice, W.R.; Figueroa, S.F.M. June 2001. Hartt, Louis Agassiz, and the Controversy over Pleistocene Glaciation in Brazil. *History of Science: An Annual Review of Literature, Research and Teaching* 39: 161-184.
- Campo de Sta. Anna e o Museu Nacional. 1841. *Uníversono Pittoresco: Jornal de Instrução e Recreio* 1: 75.
- Capanema, G.S. 1876. Os sambaquis. In: Capanema, G.S.; Nogueira, B.C.A.; Rodrigues, J.B. *Ensaio de Sciencia*. Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 79-90.
- Capanema, G.S.; Nogueira, B.C.A.; Rodrigues, J.B. 1876. *Ensaio de sciencia*. Brown & Evaristo, Rio de Janeiro.
- Chaves, A.O.L. dez. 2018. Dignos da admiração dos amigos de antiguidades: história e recepção da coleção egípcia do Museu Nacional da UFRJ. *Concinmitas* 34: 127-146.
- Cidade abandonada. 10 set. 1887. *Gazeta da Tarde* 205: 2.
- Colleção archeologica. 25 mar. 1881. *Jornal do Commercio* 130: 1.
- Comunicado. 19 jul. 1849. *Diario do Rio de Janeiro* 8153: 2.
- Congresso dos americanistas. 9 nov. 1888. *Gazeta da Tarde* 263: 2.
- Congresso Nacional. 1897. *Annaes da Camara dos Deputados*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 6.
- Cunha, O.R. 1989. *Talento e attitude: estudos biográficos do Museu Emilio Goeldi*. Museu Emilio Goeldi, Belém.
- Derby, O.A. abr. 1878. Os montes artificiaes da ilha de Marajó. *O Vulgarizador* 1: 59-62.
- Exposição anthropologica. 9 abr. 1882. *Jornal do Commercio* 230: 1.
- Faria, F.F.A. 2008. Peter Lund (1801-1880) e o questionamento do catastrofismo. *Filosofia e História da Biologia* 33: 139-156.
- Ferreira, L.M. 2014. História petrificada: a arqueologia nobiliárquica e o império brasileiro. *Cadernos CEON* 17(18): 11-40.
- Ferreira, L.M. Jun. 2006. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 13(2):271-292.
- Freitas, B.J.S. 1850. A lapida do municipio da cidade de Faro. *A Semana: Jornal Literário* 1: 2.
- Gazetilha. 26 maio 1888. *Jornal do Commercio* 115: 2.
- Gomes, D. M. C. 2020. História da arqueologia amazônica no Museu Nacional. *Revista de Arqueologia* 33: 3-27.
- Haring, C.G. 1863. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Laemmert, Rio de Janeiro.
- Haring, C.G. 1879. *Almanak administrativo, mercantil e industrial*. Laemmert, Rio de Janeiro.
- Hartt, C.F. 23 set. 1873. Antiguidades brasileiras. *O Novo Mundo* 100: 2.
- Holten, B.; Sterll, M. 2011. *Peter Lund e as grutas de ossos em Lagoa Santa*. UFMG, Belo Horizonte.
- Inscrição phenicia. 23 mar. 1875. *Jornal de Recife* 110: 1.

- Jordão, E.F.P. 23 mar. 1875. Execução ao Baixo S. Francisco: descrição geologica: a cachoeira de Paulo Affonso. *A Nação* s/i: 2.
- Kobelinski, M. 2011. A negação e a exaltação dos sertanistas de São Paulo nos discursos dos padres Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissette e Gaspar da Madre de Deus (1756-1774). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 5(8): 49-69.
- La Hure, Conde [V.L. Baril/Chabaud]. 10 fev. 1865. *Considerativos somares suar lorigine dès amas de coquillages de la côte du Brésil: Dona Francisca* (SC). [S. n., s. l.]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 15, doc. 9.
- Langer, J. 2001. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 11: 35-53.
- Langer, J. 2002. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História* 22(43): 22-45.
- Licenças. 2 abr. 1885. *Jornal do Commercio* s/i: 2.
- Löfgren, A. 1893. *Contribuições para a arqueologia paulista: os sambaquis*. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, São Paulo.
- Madre de Deus, Frei G. 1797. *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. Academia Real das Ciências, Lisboa.
- Marques, A. 1880. As ostreiras de Santos e os kiokken-moddigns da Dinamarca. *Revista Brasileira* s/i: 131-141.
- Martin, G. 2008. Pré-história do Nordeste do Brasil. 5. ed. Editora UFPEV, Recife.
- Moraes Filho, M. (Org.). 1882. *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. [S. n.], Rio de Janeiro.
- Museu Nacional. 1890. *Revista de Engenharia* 235s/i: 131.
- Museu Nacional. 2007-2008. *Os diretores do Museu Nacional*. UFRJ, Rio de Janeiro.
- Museu Nacional. 3 jan. 1859. *Correio Mercantil* s/i: 2
- Netto, Ladislao. 1872. Discurso. *A República* 353:03
- Netto, L. 13 dez. 1884. Archeologia brasileira. *Jornal do Commercio* s/i: 2.
- Netto, L. 1882. Os mysterios do homem americano. IN: Moraes Filho, M. (Org.). *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. [S. n.], Rio de Janeiro, 25-26.
- Netto, L. 4 set. 1881. Exposição anthropologica brasileira. *Jornal do Commercio* s/i: 1.
- Noticias diversas. 1850. *O Guanabara* 293: 2.
- Noticias diversas. 1898. *A Imprensa* s/i: 1.
- Paio, J.Z. 1879. Rangel de S.: pesquisas sobre os primitivos habitantes da América. *Revista Brasileira* 1: 573-586.
- Paiva, M.P. jan./mar. 2013. Os naturalistas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: IV-Peter Wilhelm Lund (1801-1880). *Revista IHGB* 174(458): 279-289.
- Pequeno almanak. 1843. Viúva Ogier e Filho, Rio de Janeiro.
- Pequenos echos. 11 set. 1893. *Diario de Notícias* s/i: 1.
- Pequenos echos. 19 set. 1892. *Diario de Noticias* s/i: 1.
- Pequenos echos. 8 ago. 1894. *Diario de Notícias* s/i: 1.
- Pinheiro, J.C.F. 16 jan. 1868. Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Correio Mercantil*. s/i: 3
- Prous, A. 1989. *Arqueologia brasileira*. Editora da UnB, Brasília.
- Rath, C. 1871 Notícia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem com o seu

- interior, antes do dilúvio universal: primeira parte
Revista do IHGB 34: 287-292.
- Rath, K. 1874. Die Sambaquis oder Muschelhügelgräber Brasiliens: Teil I-II. *Globus, Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde* 26(13): 193-198; 26(14): 214-218.
- Rebollar, P.B.M.; Fernandes, T.C. 2013. A arqueologia em Santa Catarina no final do século XIX. *Revista Memorare* 1: 271-280.
- Rio de Janeiro. 2 jul. 1969. *Diario de Pernambuco* s/i: 1-2.
- Rio de Janeiro. 25 jun. 1845. *Treze de Maio* 0: 00-00.
- Rio de Janeiro. 29 out. 1875. *O Globo* s/i: 1.
- Rodrigues, J.B. 1876. *Antiguidades do Amazonas*. In: Capanema, G.S. *Ensaio de sciencia*. Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 92-147.
- Rodrigues, J.B. 19 abr. 1883a. Idolos Brasileiros. *Jornal de Recife* s/i: 1.
- Rodrigues, J.B. 29 abr. 1883b. O muirakitan ou aliby. *Gazeta de Noticias* s/i: 3
- Romero, S. 1888. *Ethnographia brasileira: estudos críticos*. Alves, Rio de Janeiro.
- Romero, S. 31 ago. 1889. Movimento espiritual brasileiro no anno de 1888. *Revista Sul-Americana* 16: 241-245.
- Sá, M.R. 2001. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 8(supl.): 899-924.
- Sá, M.R.; Heizer, A. 2012. Editorial. *Revista Brasileira de História da Ciência* 5(supl.): 6-8.
- Sanjad, N. Ago. 2004. Charles Frederick Hartt e a institucionalização das ciências naturais no Brasil. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 11(2): 449-455.
- Send. 12 ago. 1895. Período de organização ou meio século de labores. *Gazeta da Tarde* s/i: 1.
- Silva, A.J. 1 abr. 1886. Ferreira da. J. Barbosa Rodrigues, naturalista brasileiro. *A Provincia de Minas* 317: 2.
- Silva, I.A.C. 10 jan 1861. *Arquivo Municipal* s/i: 4.
- Sociedade de geographia do Rio de Janeiro. 29 ago. 1887. *Jornal do Commercio* s/i: 2.
- Sociedades literarias e industriaes. 11 jun. 1867. *Correio Mercantil*. s/i: 2
- Sociedades literarias e industriaes. 12 set. 1866. *Correio Mercantil* s/i: 1
- Souza, C.M. 2014. *Levantamento da coleção petrográfica da Comissão Geológica do Império e seu vínculo histórico no acervo do Museu Nacional*. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Souza, P.J.S. 1869. *Relatório apresentado à Assembléa Geral*. Typographia Nacional, Rio de Janeiro.
- Suckow, G. 7 nov. 1891. O muyrakitã. *Diário do Commercio* s/i: 1.
- Trigger, B.G. 2004. *História do pensamento arqueológico*. Odysseus, São Paulo.
- Visconde de Maranguape. 25 jan. 1859. *Correio da Tarde* s/i: 1
- Wiener, C. 1874. *Notice sur le Brésil*. Maisonneuve, Paris.
- Wiener, C. 1875. Estudos sobre os sambaquis do Sul do Brazil. *Arquivos do Museu Nacional* 1: 1-20.